

# NOTÍCIAS CNTV/

VIGILANTES



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 02/Jun



cntv@cntv.org.br | (61) 3321-6143 | www.cntv.org.br | Edição 2578/2021



BAHIA

## JUNHO: MÊS DO VIGILANTE E DA JORNADA DE LUTAS CONTRA OS PATRÕES MISERÁVEIS



Se em junho temos o Dia do Vigilante, faremos de JUNHO O MÊS DE LUTAS E P R O T E S T O S D O S VIGILANTES DA BAHIA CONTRA OS PATRÕES MISERÁVEIS. É insuportável, inaceitável a chantagem e a maldade dos donos de empresas contra os Vigilantes: - 3 anos sem reposição da inflação (quase 14% acumulado) e sem ganho real. - 3 anos de chantagem, de tentativa de retirada de direitos. - Descumprem, desrespeitam a lei e nossos direitos e querem o amém do Sindicato e da categoria. NÃO! Da nossa parte a palavra de ordem é RESISTÊNCIA E LUTA!

### TST AINDA SEM DATA PARA CONTINUAR O JULGAMENTO DO RECURSO PATRONAL

A retomada do julgamento do recurso dos patrões no Tribunal Superior do Trabalho – TST (Brasília) contra o reajuste deliberado pelo Tribunal Regional do Trabalho da Bahia (8%) ainda não tem data. Iniciado em 08 de março passado, o julgamento foi interrompido por pedidos de “vistas” de alguns Ministros. Solução: Julgamento, já ou os patrões desistem do recurso e paga nosso reajuste. Para pedir o julgamento logo: · Presidência – Ministra Cristina Peduzzi – 61 3043-4252 / 7721-4389 – presidencia@tst.jus.br.

### VACINA, JÁ. SOMOS ESSENCIAIS PARA VIVER:

Nesta semana recebemos respostas negativas dos Secretários FABIO VILAS BOAS (Estado) e LEO PRATES (Prefeitura de Salvador) ao pedido do SINDVIGILANTES/BA para inclusão dos(as) vigilantes no grupo FORÇAS DE SEGURANÇA do cronograma de prioridades para a vacina contra a Covid 19. As alegações são, no mínimo, despropositadas (depende do Ministério da

Saúde, pouca vacina, etc.), enquanto incluem um monte de gente e os Vigilantes, que estão na linha de frente em bancos, shoppings, órgãos públicos, etc. ficam de fora. O Sindicato vai continuar cobrando, pressionando pela vacina. Somos essenciais para trabalhar e para viver

### **NO COMBATE AOS PLANOS DE SAÚDE “MEIA-BOCA”**

Os nossos Sindicatos estão preparando ações judiciais e ações de mobilização para combater uma meia dúzia de planos de saúde “meia-boca” contratados pelas empresas: Medvida, Amex, Atitude, etc. Colega Vigilante, esta luta é sua.

### **AGENDA DE LUTAS E AÇÕES DE JUNHO**

MÊS DE LUTAS E PROTESTOS DOS VIGILANTES DA BAHIA CONTRA OS PATRÕES MISERÁVEIS E GENOCIDAS

A nossa agenda de lutas inclui, entre outras atividades: · Atos, manifestações · Audiência na Câmara de Vereadores · Ato religioso do Dia do Vigilante Fique atento os avisos e convocações. Anote o que já temos na agenda: ASSEMBLEIAS – · 11 e 12/6 – SEXTA E SÁBADO – SALVADOR ÀS 8h30 NO SINDICATO MISSAESPECIAL DO VIGILANTE · 18/6 – ÀS 07H30 – IGREJA DE SANTANA/NAZARÉ SESSÃO ESPECIAL/DIÁRIO VIGILANTE · 21/6 – SEGUNDA-FEIRA– 9H – CÂMARA DE VEREADORES SALVADOR Acompanhe as informações dos atos e eventos em todo o Estado.

FONTE: SINDVIGILANTES BAHIA

# **Pesquisa mostra que pandemia prejudicou emprego ou renda de 62% dos brasileiros**

**De acordo com levantamento feito no final de maio pelo PoderData, 60% afirmaram terem deixado de pagar alguma conta no último mês**



Desemprego no país já atinge quase 15 milhões de pessoas

Emprego ou renda na pandemia ficaram piores para 62% dos brasileiros, segundo pesquisa realizada entre os dias 24 e 26 pelo PoderData e divulgada nesta segunda-feira (31). A coleta de dados mostra, ainda, que 60% dos entrevistados afirmaram terem deixado de

pagar alguma conta no último mês.

O percentual, no primeiro quesito, é seis pontos percentuais menor do que o registrado no levantamento anterior (68%), feito um mês antes. No sentido oposto, 36% disseram não terem tido emprego e renda prejudicados por conta da pandemia, contra 30% da pesquisa anterior. O índice de quem afirmou não saber permaneceu nos 2%.

A parcela dos entrevistados que diz ter ficado inadimplente também caiu, sete pontos, já que no mês passado o índice havia ficado em 67%. Por outro lado, 35% afirmaram agora terem pago as contas em dia, ante 30% do mês passado. O índice dos que não souberam responder subiu de 2% para 6%.

O PoderData informa que entrevistou por telefone 2.500 pessoas de 462 municípios nas 27

unidades da federação. A margem de erro é de 2 pontos percentuais, para mais ou para menos. Os números nem sempre dão exatamente 100% devido ao arredondamento.

### **Desemprego**

A taxa de desemprego no país foi de 14,7% no trimestre encerrado em março, segundo dados do IBGE divulgados na quinta-feira (27). É o maior índice da série histórica, com total de desempregados se aproximando dos 15 milhões. São 14,805 milhões, também o maior índice da série, 880 mil a mais em três meses (crescimento de 6,3%), e 1,956 milhão, ou 15,2%, a mais em relação a igual período de 2020. Os

dados fazem parte da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua.

Os dados mostram, ainda, que o desemprego continua atingindo segmentos sociais de forma desigual, sendo maior entre negros, mulheres e pessoas com menos escolaridade. Entre os homens o índice ficou em 12,2%, contra 17,9% para as mulheres. Já entre os brancos, é de 11,9% contra 18,6% para pretos e 16,9% para pardos. Para quem têm ensino médio incompleto, o desemprego é de 24,4% contra 8,3% de quem tem ensino superior completo e 17,5% de quem tem curso superior incompleto.

Fonte: Por Redação RBA

# Carteiro assaltado 18 vezes receberá indenização

## **A condenação se baseou no risco da atividade, independentemente da culpa da ECT**

A Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) ao pagamento de R\$ 20 mil de indenização a um carteiro motorizado de São Paulo (SP) que sofreu 18 assaltos durante o contrato. A Turma aplicou ao caso a teoria do risco e concluiu que a responsabilidade de reparar os danos decorrentes dos episódios é da empresa.

### **Vítima fácil**

O carteiro disse, na reclamação trabalhista, ajuizada em março de 2016, que fora admitido em 2000 e que, somente em 2015, havia sido assaltado 15 vezes durante o trabalho. Segundo ele, as mercadorias que transporta são valiosas, o que o tornava vítima fácil dos bandidos. Ele sustentou que a empresa não tomava nenhuma medida e que, em razão dos traumas, chegou a ser afastado das atividades e passou a fazer uso de medicamentos controlados.

### **Fato de terceiro**

O juízo da 13ª Vara do Trabalho de São Paulo e o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região

indeferiram o pedido de indenização. Embora o laudo pericial tenha confirmado o estresse pós-traumático, o TRT concluiu que a empresa não poderia ser responsabilizada por fato de terceiro. “Se o Estado não dá segurança às pessoas, a culpa não é das empresas”, registrou.

### **Teoria do risco**

Todavia, a ministra Maria Helena Mallmann, relatora do recurso de revista do carteiro, observou que se deve adotar, no caso, a chamada teoria do risco (artigo 927, parágrafo único, do Código Civil), que tem orientado a jurisprudência do TST. Conforme esse dispositivo, a obrigação de reparar o dano independe de culpa, quando a atividade desenvolvida implicar, por sua natureza, riscos para os direitos de terceiros. No caso, a atividade de carteiro motorizado tem risco próprio, em razão do transporte de encomendas e objetos de valor.

### **A decisão foi unânime.**

**Processo: RR-1000613-26.2016.5.02.0013**

Fonte: TST

# Luizianne propõe convocar ministro Guedes para ele explicar MP que reduz financiamento de bancos públicos



Deputada Luizianne Lins. Foto: Cleia Viana/Câmara dos Deputados

A deputada federal Luizianne Lins (PT-CE) enviou ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), requerimento de convocação do ministro da Economia, Paulo Guedes, a fim de prestar esclarecimentos sobre a redução da taxa de administração do Banco do Brasil (BB), Banco da Amazônia (BASA) e Banco do Nordeste do Brasil (BNB). E também para explicar a utilização de recursos do fundo garantidor em decorrência da medida provisória (MP 1052/2021).

Dada a gravidade da situação, o requerimento da deputada também aponta para a oportunidade do ministro, além de justificar tais medidas e suas consequências imediatas, apresentar o planejamento do governo federal para essas instituições.

“Ao que tudo indica, o sr. ministro da Economia parece ignorar o papel social dos bancos públicos brasileiros, uma vez que a MPV 1052/2021 (...) coloca em risco o funcionamento dessas instituições”, assinala o documento apresentado por Luizianne, que lista ainda as preocupações apresentadas pela Associação dos Funcionários do BNB (AFBNB).

## **Fortaceler o sistema público**

“A AFBNB avalia a Medida Provisória como extremamente prejudicial, pois não somente ataca letalmente a sustentabilidade de instituições regionais, principalmente, comprometendo sobremaneira o desenvolvimento regional, previsto constitucionalmente para ser promovido pelo FNE por meio de bancos regionais, como BNB e BASA. O Brasil precisa de ações que fortaleçam o que ainda resta de público, de amparo ao povo, não do desmonte desses instrumentos”, informa a entidade.

As consequências imediatas da medida provisória são gravíssimas, destaca o requerimento. “É um ataque ao caráter social dessas instituições. Além disso, nos preocupa a utilização de até R\$ 11 bilhões do fundo garantidor, antes reservados pela lei 12.712/2012 à cobertura de riscos relacionados às operações de crédito, para outras finalidades”.

Fonte: Assessoria de Comunicação PT

# Conselheiros do Basa e BNB apontam impactos da MPV 1052

**Medida Provisória promove mudanças nos fundos constitucionais de desenvolvimento regional do Norte, Nordeste e Centro-Oeste**



**MPV 1052**

**Conselheiros do Basa e BNB apontam impactos das mudanças nos fundos constitucionais de desenvolvimento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste**

Os impactos da Medida Provisória (MPV) 1052, publicada no Diário Oficial da União em 19 de maio, promove mudanças devastadoras nos fundos constitucionais de desenvolvimento regional do Norte (FNO), Nordeste (FNE) e Centro-Oeste (FCO), em especial para a economia da região de atuação destas instituições públicas. As alterações atingem a sustentabilidade não só destes fundos, mas também dos bancos públicos que os administram, avaliam os conselheiros representantes dos empregados do Banco do Nordeste (BNB) e do Banco da Amazônia (Basa).

Eles explicaram que os fundos foram criados para contribuir com o desenvolvimento destas regiões, reduzir desigualdades e, entre outras coisas, evitar a fuga populacional para locais mais desenvolvidos. Mas, as mudanças apresentadas pela MP objetivam reduzir a taxa de administração cobrada pelos bancos e, assim, estas instituições deixam de ter uma importante fonte de recursos para os empréstimos regionais que concedem.

“A medida representa maior risco de ingerência indevida na dinâmica dos Fundos Constitucionais, além de grande risco e

menos receitas para os bancos regionais que os administram. Basa e BNB promovem investimento e fomentam o desenvolvimento sustentável onde outros bancos não se dispõem a operar, promovendo a diminuição das desigualdades intra e interregionais e a elevação no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios atendidos pelo crédito, com consequente melhoria na qualidade de vida para as populações das regiões Norte e Nordeste e, com ganhos para toda a sociedade”, afirmou o conselheiro Inálio Vieira Cruz, do Basa, que cumpre seu segundo mandato. Ele cita como exemplo o chamado “custo Amazônia”, que engloba condições específicas relacionadas a vários tipos de dificuldades: operacional, logística, fundiária, de acesso, maior inadimplência etc.

Já o conselheiro representante dos funcionários do BNB, Rheberny Oliveira, destacou que a medida é “mais uma manobra de ataque às empresas públicas que deve ser combatida com altivez”, vez que os Fundos Constitucionais são fontes permanentes de financiamento da atividade produtiva dessas regiões. “A redução proposta na taxa de administração é absurda e afronta a atratividade do funding e a sustentabilidade dos bancos públicos que o administram, posto que não remuneraram adequadamente as instituições pela condução das importantes políticas públicas que conduzem”, acrescentou.

O Banco da Amazônia (Basa) é quem administra os recursos do FNO. Nele, 85,5% das operações de empréstimos são com recursos do FNO, com taxa de 2%, o que gerou uma receita aproximada de R\$ 767 milhões. Com a MP 1052/2021, a taxa de administração passaria

para 1% em julho deste ano, e perderia 0,1% a cada ano, até alcançar o patamar de 0,5%, em 2026.

Já no Banco do Nordeste, 64,5% dos empréstimos concedidos em 2020 foram com recursos do FNE, a uma taxa de 3% a 6% (3% quando o banco assume 50% dos riscos e de 6% quando assume o risco sozinho), o que gerou uma receita Del Credere (que é o que a MP pretende alterar) de R\$ 1,95 bi.

“Os empréstimos concedidos com recursos dos fundos constitucionais têm taxas muito mais baixas do que as do mercado. Ao reduzir a taxa de administração cobrada pelos bancos, a MP tira uma fonte de recursos para esses empréstimos regionais, prejudicando o desenvolvimento regional e atacando a sustentabilidade da instituição”, destacou a coordenadora do Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas, Rita Serrano.

### **Ações**

“Estamos articulando junto às entidades representativas regionais, federações da indústria, comércio e de agricultores, associações comerciais, clubes de diretores lojistas, sindicatos e associações dos empregados do Basa e BNB (AEBA e AFBNB) uma ampla frente de oposição a esse ataque aos Fundos Constitucionais, contra a MP 1052 e em defesa dos bancos públicos”, afirmou o representante dos trabalhadores do Basa.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) e associações de funcionários dos bancos também se articulam no Congresso Nacional para derrubar a MP. Até o último dia 21 de maio já haviam sido apresentadas 97 emendas.

Fonte: Contraf

# UNI realizará fórum para debater questões da juventude trabalhadora

**Além de ser um espaço de formação, fórum contribuirá com a organização contra ataques aos direitos dos trabalhadores**



A UNI Global Union, sediada em Nyon, na Suíça, realizará nos dias 3 e 4 de junho um Fórum Mundial da Juventude para discutir sobre direitos humanos, mudança climática, precarização do trabalho, sindicalização, formação entre outros temas voltados aos interesses da juventude trabalhadora.

“O fórum é um espaço importante não apenas para a formação de novas lideranças da juventude sindical, mas também para direcionar a organização dos trabalhadores num cenário de retrocessos que vivenciamos não apenas no Brasil, mas em todo o mundo”, disse a presidenta da UNI Américas Juventude, Lucimara Malaquias.

“Os jovens, juntamente com as mulheres, são os mais atingidos pela onda de retrocessos que se instalou em todo o mundo. Precisamos nos organizar para combater as políticas recessivas, os cortes de direitos, recuperar espaço perdido e avançar na luta por novas conquistas”, disse a secretária de Juventude da Confederação Nacional dos Trabalhadores

do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), Fernanda Lopes. “O Fórum Mundial da Juventude da UNI dará grande contribuição neste sentido”, completou.

A atividade será realizada inteiramente pela internet, com a utilização do aplicativo de videoconferências Zoom. Todos os painéis temáticos contarão com tradução para a Língua Portuguesa e para as demais línguas dos participantes.

A UNI Global Union representa mais de 20 milhões de trabalhadores em mais de 150 países e tem forte presença e atuação sindical no setor de serviços. Organizada em regiões e setores, busca contribuir para o fortalecimento internacional de categorias profissionais e de debates relevantes aos trabalhadores, dentre eles, o da Juventude.

A participação se dará por meio de inscrições prévias, levando em conta a idade limite de 35 anos.

Fonte: Contraf

# Se Eletrobras for privatizada, conta de luz vai aumentar, aponta debate na CDH



O aumento da conta de luz da população e a falta de concorrência no setor serão as principais consequências para o País caso os senadores confirmem a privatização da Eletrobras. A opinião foi unânime no debate realizado com quatro especialistas nesta segunda (31) pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) sobre a MP 1.031/2021, já aprovada na Câmara e em tramitação a toque de caixa no Senado, já que sua validade termina em 22 de junho.

Para a diretora do Instituto Ilumina, Clarice Ferraz, “o que está em jogo é a escolha do futuro do nosso país, é adotar a transição energética ou não, é encarar as mudanças climáticas ou não, é se preocupar ou não com tarifas de energia a preços módicos para garantir uma indústria competitiva geradora de empregos”,

resumiu.

Ela apresentou a diferença de modelo que está sendo debatendo. Em vez de investir no potencial de energia renovável, com fonte eólica, solar e biomassa, que seria complementada com a hidráulica, que já está em operação e tem fácil transmissão para todo país, a MP do governo pretende usar os reservatórios como fonte barata e complementar com termelétricas. “Nossa matriz vem sendo carbonizada, o que vem trazendo aumento de preços e insegurança, além da dependência do mercado internacional”.

O ex-ministro de Minas e Energia e ex-diretor da Aneel, Nelson Hubner, também foi taxativo: “Estamos botando em risco o futuro do país”. Segundo ele, uma empresa privada à frente da

Eletrobras vai controlar mais da metade das usinas hidrelétricas do país, a maioria já paga pelo povo brasileiro. “Quem é dono das usinas, se vai faltar água nos reservatórios, pode impor o preço que quiser num mercado liberalizado. O céu é o limite”, alertou.

Ele chama atenção também para uma questão legal, já que a MP fere o que determina a lei 12.783/13. “Ela garante aos consumidores cativos e distribuidoras receber energia pelo sistema de cotas, com preços regulados por lei. Com a MP, eles perdem direito de receber energia mais barata e ficam obrigados a comprar nova energia muito mais cara. Isso é quebra de contrato! Quem vai defender o lado do consumidor brasileiro?”, questiona. “É como se te obrigassem a comprar um Fusquinha por três vezes o valor de um carro zero. É isso o que está sendo imposto ao consumidor brasileiro”, comparou.

### **Investimentos**

Por sua vez, Maurício Tolmasquin, ex-presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), desmentiu o argumento de que a venda da empresa seja necessária para atrair capital privado e expandir o setor elétrico. “Não! A capacidade instalada cresceu 70% nos últimos 20 anos e os leilões de energia são tão atrativos que há 1841 projetos inscritos neste ano, para gerar o equivalente a 10 vezes o necessário para atender a demanda anual do país”, disse. Para ele, “a privatização vai ser negativa para a competição do setor, dando a uma entidade privada um poder de mercado muito grande, com 30% da geração e 40% de transmissão. Vai praticamente ditar preços, contra o interesse do consumidor”.

Tolmasquin também avaliou o impacto sobre o consumidor, reforçando que, ao contrário do que diz o governo, haverá aumento de tarifa. “vai impedir que o consumidor tenha redução de energia agora que várias hidrelétricas foram pagas pela população, e além disso haverá uma reserva de mercado para contratação obrigatória de termelétricas e de pequenas centrais hidrelétricas, o que contra a lógica da competição”, disse.

Ele questionou as medidas de desenvolvimento regional previstos na medida. “O consumidor pagou 50 anos pela energia de Itaipu e agora, com o fim do pagamento em 2023, em vez de baratear a energia, a MP retira metade desse benefício para programas de transferência de renda. São programas meritórios, mas por que consumidor de energia tem que pagar por isso? É uma distorção! Na hora que se encarece a energia elétrica, se penaliza a economia como um todo”, disse.

Já Ikaro Chaves, da Associação dos Engenheiros e Técnicos da Eletrobras, o argumento de redução da conta de luz é fake news. “Com todas as medidas previstas, a estimativa é de aumento de 14% no preço ao consumidor, além de impedir a redução de cerca de 10% nas contas, o que mexe com o bolso do consumidor residencial, comércio, indústrias, escolas, prefeituras”, afirmou. Ele também defendeu a capacidade de investimento atual da empresa, chamando de falaciosa necessidade de busca de investidores. “A Eletrobras tem hoje R\$ 15 bilhões em caixa para investir e foi a sexta empresa mais lucrativa do Brasil em 2020, com R\$ 6,4 bilhões de lucro”, concluiu.

### **MP inadequada**

Para o presidente da CDH, Humberto Costa (PT-PE), a MP é inadequada por vários motivos. “Pelo momento que vivemos, em plena pandemia, porque não foi objeto de amplo debate na sociedade, porque o funcionamento do Congresso está restrito, sem discussão dos impactos econômicos e na vida das pessoas. Por isso, é importante a articulação social para rejeitar a proposição e preservar o interesse da população brasileira”, afirmou.

Por sua vez, o senador Jean Paul Prates (PT-PA), líder da Minoria no Senado, criticou o oportunismo do capital privado e alertou para os jabutis incluídos de última hora na aprovação da Câmara. “Será que nossos liberais são tão atrasados assim? Não, não são inocentes. São oportunistas, e os senadores estarão sendo também se avalizarem interesses específicos contrários aos consumidores brasileiros”, destacou.

“É uma MP de capitalização que não capitaliza e ainda tem um monte de enxertos legislativos, um saco de sacanagem, de privilégios e negociatas para todos os cartórios que quiseram arrumar suas vidas. É tanta picaretagem que mesmo o chamado setor produtivo, o setor industrial, disse que prefere não ter a MP”, afirmou o senador.

Coordenador da reunião na CDH, o senador Paulo Paim (PT-RS), destacou que os consumidores serão os maiores prejudicados. “A distribuição de energia elétrica, serviço essencial para a população, chegará às famílias e às fábricas com um custo maior do que o que é pago até o momento. Isso vai gerar efeito cascata, ou seja, os valores dos produtos finais também aumentarão de preço, desequilibrando o orçamento das famílias e, conseqüentemente, influenciando negativamente o processo inflacionário”.

A senadora Zenaide Maia (Pros-RN) se preocupa também com as conseqüências no dia a dia das cidadãs e cidadãos. “O Senado não pode fazer isso com o povo brasileiro. O povo já pagou muito caro com essa história de o governo vender estatal para ir atrás de investidores. Na reforma trabalhista, ia atrair investimento, na reforma da Previdência também, e nada aconteceu. Agora, além da fome e da falta de vacina levando à morte, o

governo brasileiro resolveu deixar as pessoas na escuridão”, disse.

Para a senadora Nilde Gondim (MDB-PB), “se a empresa é lucrativa, para que privatizar um patrimônio nacional, ainda mais com argumentos questionáveis? Precisamos mobilizar e conscientizar o povo brasileiro para evitar essa decisão esdrúxula do governo de vender uma empresa tão estratégica para o país”, defendeu.

O líder do Partido dos Trabalhadores no Senado, Paulo Rocha (PA), afirmou que a bancada fará todos os esforços possíveis para impedir a aprovação da MP, seja rejeitando, seja chegando a um acordo pela caducidade. Ele criticou inclusive o uso de medida provisória para privatizar uma empresa pública.

“O governo atual erra não só no processo da privatização como usa um instrumento autoritário para legislar. A MP é instrumento de cima para baixo. Por isso, é fundamental aprofundar o debate em audiências públicas. Como vai mexer numa empresa assim, sem que se debata não só com o capital, mas também com trabalhadores? Ainda mais uma empresa que representa uma política estruturante na vida humana e na economia”, disse.

Fonte: PT no Senado  
Às Entidades Filiadas

# FALA CNTV

## Recesso de Corpus Christi

Informamos que a CNTV considerando o feriado de Corpus Christi, deliberou pela suspensão do expediente no dia 04 de junho de 2021 (sexta-feira).

Sendo assim, após o encerramento do expediente na quarta-feira, dia 2 de junho, retornaremos às atividades normais na segunda-feira, dia 7 de junho de 2021.

**Desejamos a todas e todos um ótimo feriado.**

Saudações

Direção CNTV

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF